

za ética da atividade pública por falta de formação doutrinária, é de se esperar que faça da ética o instrumento permanente de trabalho, por força do controle de um Tribunal ético, o TC.

A lição fundamental que se exige para todo e qualquer dirigente e, em particular, do dirigente municipal – pois estamos num ano de eleição municipal – é que atente para a existência de um Tribunal de Contas como uma forma de advertência. Ele implica na consciência de que é preciso impedir que haja agressão ao patrimônio público em nome da democracia. Não é o fato de ter sido eleito, de ter recebido a confiança da maioria da população do município que dá ao dirigente o direito de fazer o que bem entende. De apropriar-se da coisa pública. Infelizmente, há toda uma crônica política que aponta nessa direção. Pessoas despreparadas atentaram contra o patrimônio público e contra

a ética do poder público, tornando-o vulnerável.

O Tribunal de Contas restabelece o equilíbrio perdido. Não se diga que sua existência apenas é suficiente para instalar o reino da plena normalidade e que sua ação aponta nessa direção e nos, leva a intuir um futuro não muito longínquo em que teremos, enfim, a identificação do poder com a sociedade. De tal forma que a falta de ética na ação pública passará a ser uma anomalia de tal forma gritante que receberá a reprovação de todos. Enquanto isso não acontece, é fundamental que se tenha a sensibilidade de buscar no Tribunal de Contas o exemplo moralizador. Que seus acórdãos sejam instrumentos pedagógicos para o cumprimento do que manda a lei. E se associarmos a isso a determinação ética pessoal de cada dirigente, então é possível se acreditar em profundas e saudáveis transformações.

Jacilda Urquiza é advogada trabalhista, procuradora do Município de Olinda, ex-secretária municipal da Fazenda, vereadora licenciada.

**Transcrito do "Jornal do Commercio"
de 06.07.92**

Como um município dá certo

Gilberto Rodriguez

Por que alguns municípios dão certo e outros não? Esse é um tópico interessante, mas a chamada ciência política não se tem mostrado sensível a ele. Em primeiro lugar, o conceito de município é bem simples: resulta da necessidade que os seus cidadãos têm de ver atendidas certas carências básicas comuns. Sua área deve ser determinada pelo nível de serviço que tais cidadãos esperam receber e dos recursos que estes têm condição de despendar (os impostos).

A chamada modernização, de que tanto se fala, tem hoje como grande preocupação a qua-

lidade de vida do cidadão e a melhor forma de se cobrar isso do Estado. Ora, se o município tem de ser dimensionado pelo nível de recursos que tais cidadãos despendem, então a extensão de seu território tende a ser proporcional a essa exigência. A conclusão, portanto, é uma só: a pulverização dos grandes municípios.

Dessa forma, o modelo a adotar é o de um município de pequena extensão territorial. Não faz mais sentido, como a experiência tem demonstrado ao longo dos anos, a existência dos grandes municípios. E por quê? Porque os grandes municípios, inchados com o fenômeno

da superpopulação e espremidos pela migração interna desordenada, perderam a capacidade de gerenciamento público e estão hoje ilhados pelos bolsões de miséria, principalmente em suas periferias.

Exemplos significativos dessa catástrofe urbana são hoje as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde as disparidades sociais são imensas e sem perspectiva de solução. E os setores mais atingidos, nesse quadro de horror, são sempre os de saúde e educação – isso sem falar na questão da segurança pública, que cresce assustadoramente à medida em que o descontrole se torna maior. É a constatação, na prática, da tese do quanto maior, pior.

Nos grandes municípios não há mais representatividade política, tão necessária à vida da comunidade. Os cidadãos não sabem sequer onde, quando e como reclamar, porque estão distantes dos poderes públicos e, muitas vezes, desconhecem o local onde seu próprio prefeito despacha.

Desde Adam Smith, no século XVIII, essas idéias – principalmente sobre a viabilidade de uma nação dar certo e outras não – são discutidas e debatidas em variados níveis. Vamos pinçar uma delas: a de que o sucesso de uma nação, estado ou município, depende muito mais do conjunto de seus cidadãos do que de suas políticas econômicas.

A tese parece ser especialmente verdadeira no Brasil. Vamos pegar o exemplo do município de Nilópolis – o segundo menor do País, com uma extensão de nove mil quilômetros quadrados e uma população estimada em 200 mil habitantes. Lá, não há rua a ser calçada, não há vala negra, há um posto de saúde em cada bairro, não existem favelas, o hospital funciona, as ruas estão iluminadas, há telefones para todos – enfim, os serviços públicos funcionam e os cidadãos sabem onde são aplicados os seus impostos.

Nilópolis é um município da Baixada Fluminense, emancipado de Nova Iguaçu em 1947. Colados a Nilópolis, estão hoje grandes bairros – como Mesquita e Anchieta, que enfrentam problemas gravíssimos, que, com certeza, estariam sanados se tivessem sido emancipados. O mesmo exemplo serve para bairros como Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Copacabaca, entre outros.

Nesses bairros enormes e sem representatividade política, hoje, a população não identifica nem o vereador que representaria a comunidade. Se hoje fossem municípios, seus moradores saberiam até onde estão sendo aplicadas as cotas de ICMS, do IPTU, IPVA, ISS integral etc. Seriam, na verdade, auto-suficientes, com todos os recursos aplicados ali mesmo.

Estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que, no futuro, o ideal é o funcionamento de cidades com, no máximo, dez mil habitantes, o que vem reforçar a tese dos pequenos municípios.

Nos municípios menores, o gerenciamento da coisa pública se torna mais simples e mais fácil. O cidadão tem condição de fiscalizar o administrador com mais eficiência. Da mesma forma, o eleitor está mais perto do político. Os próprios administradores aprendem a pensar com disciplina e a decidir com acerto. Essa idéia tem que ganhar força, especialmente no momento em que o Brasil atinge a sua maturidade democrática. Ela vai ajudar, com certeza, a pôr as coisas em seu devido lugar e terá o mérito de definir o tamanho que o município deve ter, por consenso de seus cidadãos, levando-o ao nível de simplicidade que permita atender, ao máximo, a comunidade.

Caminhar nessa direção é tomar uma decisão acertada. É dar a sua parcela de contribuição ao esforço geral dos que se preocupam com o bem-estar da sociedade que todos representamos.

Gilberto Rodriguez é ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio.

Transcrito do Jornal "O Globo"